

# Centro Socioeducativo de Juiz de Fora completa 15 anos de atividades de ressocialização

Ter 04 abril

Há 15 anos era inaugurado, na Zona da Mata mineira, o Centro Socioeducativo (CSE) de Juiz de Fora. Desde a fundação, os profissionais atuantes na unidade, em conjunto com parceiros externos, promoveram diversas atividades de ressocialização junto aos adolescentes que entraram em conflito com a lei e foram acautelados no período da medida de internação aplicada pela Justiça.

Para celebrar a trajetória histórica de funcionamento no município, a direção do CSE de Juiz de Fora, sob administração da [Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública \(Sejusp\)](#), promoveu nesta terça-feira (4/4) cerimônia comemorativa, com a presença de autoridades e parceiros da unidade.

A subsecretária de Atendimento Socioeducativo da Sejusp, Giselle Cyrillo, participou do evento e afirmou que o Centro Socioeducativo de Juiz de Fora é fundamental para a responsabilização dos adolescentes da Zona da Mata.

“A unidade já propiciou a vários deles a oportunidade de reconstruírem suas vidas, de uma maneira cidadã. Celebrar os quinze anos desse importantíssimo trabalho na região é reconhecer o empenho de cada um dos servidores da política de atendimento socioeducativo, que atuam de maneira tão devotada e qualificada nessa unidade”, salientou a subsecretária.

Para o diretor do CSE de Juiz de Fora, Osnério Abreu, os parceiros, dos setores público e privado, são fundamentais para que se consiga interromper a trajetória infracional.

“É uma conquista conjunta. Com essas parcerias conseguimos ampliar ofertas de estudo, cursos profissionalizantes e emprego. Em 2020, por exemplo, iniciamos uma turma de cinco jovens aprendizes em uma rede de supermercado. Desde o início dessa parceria, outros cinco também já participaram, gerando oportunidade de experiência e qualificação. Finalizado o programa, que dura doze meses, um jovem da primeira turma foi efetivado pela empresa e já tem um ano de exercício como contratado direto”, exemplificou Osnério.

Uma oportunidade de emprego também é o que busca Pedro Sampaio\*, de 18 anos. Quando foi acautelado no CSE de Juiz de Fora, o jovem não imaginava que teria várias oportunidades de estudo, lazer e qualificação durante o período de restrição de liberdade. Pedro, que parou os estudos na oitava série para trabalhar - após o nascimento de sua filha -, retornou à sala de aula na escola pública que funciona dentro da unidade e tem aproveitado as diversas oportunidades para se qualificar.

“Quando for desligado, espero trabalhar bastante e ajudar minha família. Aqui eu estudo, participo

da oficina de panificação, de artesanato, faço curso de computação (antes só sabia entrar em redes sociais, agora aprendi a digitar mais rápido e estou aprendendo os programas), pratico esporte e recebo várias orientações sobre saúde”, compartilhou o jovem.

Ana Beatriz, do Comercial e Marketing da panificadora Dispropan, conta que a empresa está sempre presente para o fomento das capacitações na padaria da unidade socioeducativa. “Essa parceria é importante, porque ensinamos um ofício. Assim eles poderão voltar ao mercado de trabalho com outras perspectivas de vida. O mercado de panificação é carente de mão de obra especializada. Com essas capacitações, todos têm a ganhar” disse.

Ana Beatriz também destacou a relevância da atuação do setor privado, por meio de parcerias. “É importante que as empresas privadas abracem essas causas sociais e sintam que têm o dever de ajudar na ressocialização desses jovens. Geralmente eles vêm de uma situação familiar de vulnerabilidade social. Tudo que for possível fazer para ajudar essas famílias, seja na conexão com os estudos ou com o mercado de trabalho, entendemos que também é o nosso dever enquanto empresa cidadã”.

E foi na oficina de panificação que Pedro e outros adolescentes prepararam o *coffee break* da cerimônia de celebração dos 15 anos do CSE de Juiz de Fora. Confira a lista completa de autoridades presentes em [www.seguranca.mg.gov.br](http://www.seguranca.mg.gov.br).

*\*Nome fictício para preservar a identidade do adolescente, segundo determinação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).*